
Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Abrantes – Ata nº 11/2021

Data – 01-06-2021

Início – 09.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, em formato online

Termo – 11.52 horas

Presenças:

Presidente Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos Reis

Vereadores João Carlos Caseiro Gomes
 Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
 Luís Filipe Correia Dias
 Ana Paula Teixeira Grijó Correia Pires
 Rui Manuel Duarte Batista dos Santos
 Armindo Rodrigues Silveira

A Assistente Técnica – Ana Paula Aires Marques

■■

Resumo Diário da Tesouraria de 31-05-2021:

a) Dotações Orçamentais.....	12.453.215,87€
b) Dotações não Orçamentais.....	142.946,07€
Total das Disponibilidades	12.596.161,94€

■■■

O Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e trinta minutos, não tendo sido registada qualquer manifestação de interesse por parte do público em intervir na reunião.

■■■

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(artigo 52º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

O Presidente da Câmara começou por falar sobre a situação da Covid-19, referindo que se mantém as preocupações em relação à pandemia e infelizmente continuam a entrar nos nossos hospitais pessoas infetadas.

O vírus não desapareceu e de acordo com o que são as orientações da DGS, os níveis de preocupação com a nossa comunidade, devem permanecer a todo o tempo.

Reforça esta preocupação, porque está-se a começar a assistir o recomeço das dinâmicas desportivas e de algumas atividades culturais e como é evidente, obriga a um reforço da atenção e das medidas com os cuidados que todos devemos ter relativamente a estas questões, porque a vida continua e a atividade económica terá de acontecer e o que é verdade é que a restauração e o comércio em geral voltam a estar na sua normalidade, mas é importante continuar a ter em conta as recomendações da Direção Geral de Saúde.

Referiu que o Médio Tejo tem apresentado nos últimos 15 dias valores muito desiguais e baixos, que por um lado deixa alguma tranquilidade, mas por outro lado alguma preocupação, uma vez informações que vão recebendo do Centro Hospitalar do Médio Tejo, é que no Hospital de Abrantes continuam a entrar todos os dias pessoas nos cuidados intensivos, sendo esta a prova de que a situação não está normalizada, pelo que mais uma vez apela para que todos mantenham uma atenção reforçada.

Em relação à vacinação informou que já foram administradas mais de vinte mil vacinas e as pessoas com a vacinação completa já são mais de seis mil e trezentas pessoas, uma percentagem da população já com algum significado, mas que ainda está longe de se ter uma comunidade completamente protegida.

Uma franja mais frágil da população já está vacinada, mas ainda falta muita gente, nomeadamente, os mais jovens.

Tomado conhecimento.



Relativamente às Festas de Abrantes, voltou a referir que lamentavelmente este ano, não poderão novamente ser levadas a efeito, pelo que não haverá qualquer evento cultural, de espetáculos ou eventos, realizando-se apenas as comemorações oficiais do Dia da Cidade, sobre as quais, entretanto será dado conta do programa do dia 14 de junho.

Tomado conhecimento.



Deu conta que o Conselho Municipal de Educação reuniu no passado dia 26 de maio, no auditório da Escola Secundária Dr. Solano de Abreu, em Abrantes, para aprovar o Relatório Final de Avaliação do Projeto Educativo Municipal (PEM) desenvolvido durante 2015 e 2020, elaborado pelo Observatório do PEM, com o acompanhamento da Universidade Católica Portuguesa - Porto, e que contou com o apoio da Câmara Municipal de Abrantes.

Na sessão de abertura tive oportunidade de destacar a importância de as autarquias estarem envolvidas nas transferências de competências para que os processos corram melhor e para que as nossas crianças e jovens aprendam melhor.

As questões da Educação são nucleares para a nossa ação e para a nossa comunidade.

Trabalho inédito no Concelho de Abrantes, o Relatório Final do Projeto Educativo Municipal apresenta a realidade atual, mas deixa também recomendações gerais para as estratégias de futuro.

Assumimos a Educação como prioridade estratégica e como fator de competitividade e de coesão social e a 15 de julho de 2015 os trabalhos do PEM tiveram início.

Construir uma política educativa mais integrada e articulada que sirva melhor a população de Abrantes foi o objetivo do Projeto Educativo Municipal que envolveu todos os agentes educativos do Concelho, serviços da Autarquia, agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, como é o caso da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes e o Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta.

Entre as diversas conclusões do Relatório Final de Avaliação, por exemplo, destaque para um aumento da taxa de sucesso escolar entre 2014/15 e 2018/19; a melhoria das condições do parque escolar do Concelho; a existência de uma nutricionista, contratada pelo Município, para acompanhar as refeições escolares e que tem sido uma mais valia; a par com o protocolo assinado entre o Município de Abrantes, o Agrupamento de Escolas Nº 2 e a Futrimetal que permite que no 10º ano os alunos do curso profissional da Escola Octávio Duarte Ferreira, em Tramagal, possam adquirir conhecimentos em contexto de trabalho e que se tem verificado muito positivo.

No que se refere às recomendações gerais, o Relatório Final do PEM salienta a importância de se privilegiar a auscultação dos agentes locais, de ter em conta a realidade demográfica e que o Conselho Municipal de Educação tenha um papel central na implementação e acompanhamento do PEM. Entre os diversos objetivos do PEM, pretende-se que o mesmo trabalhe a prevenção do abandono escolar; valorize os recursos endógenos; implique uma maior articulação e cooperação entre as diferentes instituições educativas e formativas e também entre o Município e escolas, a par com a mobilização das associações de pais.

Referiu que houve um conjunto de professores que foi decisivo neste trabalho, aos quais teve a oportunidade de agradecer neste Conselho Municipal de Educação. Deixou também uma palavra agradecimento ao Serviço de Educação pelo excelente trabalho de apoio e colaboração que foi feito, para que hoje possam ter um documento muito importante para o futuro, assim como, um agradecimento especial à Vereadora Celeste Simão, por todo o trabalho desenvolvido, que teve início em 2015 e que agora chega ao seu fim com um conjunto de orientações muito importantes, para que este Conselho Municipal de possa projetar no futuro com mais segurança.

Tomado conhecimento



Deu conhecimento que no passado dia 18 de maio, na Praça D. Francisco de foi apresentado o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR) do Concelho de Abrantes e contou com a presença das várias entidades envolvidas no Dispositivo.

Na ocasião tiveram oportunidade de agradecer o empenho e determinação de todos os intervenientes no dispositivo salientando que os incêndios são uns dos maiores problemas da nossa região e temos que defender as nossas populações e por isso é muito importante fazermos um trabalho preparatório que é o que temos vindo a fazer nos últimos anos com o DECIR. Este ano de 2021, a Câmara Municipal de Abrantes reforçou o investimento dos kits de primeira intervenção contra incêndios, num total de 160.000,00 €, mais 35.000,00 € do que em 2020. As Juntas de Freguesia de Alvega e Concavada e Carvalhal integram este ano, pela primeira vez, o dispositivo especial de combate a incêndios rurais juntando-se às Juntas de Freguesia de Abrantes e Alferrarede, Aldeia do Mato e Souto, Bemposta, Mouriscas, S. Facundo e Vale das Mós, Rio de Moinhos e Tramagal.

Tomado conhecimento



O Presidente da Câmara deu conta que a Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza divulgou no dia 21 de maio de 2021, a lista com as praias identificadas com Qualidade de Ouro em 2021 onde está a Praia Fluvial da Aldeia do Mato.

Recordou que a Praia Fluvial de Aldeia do Mato, no concelho de Abrantes, foi distinguida com "Qualidade de Ouro" pela Quercus em 2020, 2019, 2010, 2009, 2008 e 2007.

A classificação de praia com "Qualidade de Ouro" é atribuída pela Quercus no início de todas as épocas balneares às praias que cumprem com o critério de "qualidade de água excelente" nas últimas cinco épocas balneares (de 2016 a 2020).

Tomado conhecimento.



Informou que no dia 18 de maio de 2021, foi simbolicamente inaugurado o mural "Rocio" criado por Francisco Camilo, no Aquapolis Sul, junto ao Hipódromo dos Mourões, em Rossio ao Sul do Tejo.

No momento tiveram a oportunidade de agradecer a todos os envolvidos neste projeto que dá um novo ar a esta avenida, agora também com o quiosque requalificado e mais agradável.

O mural, feito com a utilização de pincéis e spray, retrata elementos ligados ao Rossio como os Mourões, a Fundição, o hipismo e a paisagem dos sobreiros.

Tomado conhecimento.

O Presidente da Câmara informou também que no dia 21 de maio de 2021, estiveram na Escola EB 2/3 D. Miguel de Almeida, em Abrantes, para o hastear da Bandeira Verde Eco-Escolas atribuída pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), pelo trabalho de educação ambiental desenvolvido pela escola.

No âmbito do projeto, os alunos do 8º e 9º ano da Escola D. Miguel de Almeida estiveram envolvidos na realização de trabalhos que culminaram na execução de uma pintura numa das sarjetas da escola que representa "*a água da chuva que entra aqui e que vai parar ao rio e depois ao mar e que se for poluída vai afetar os diversos animais aqui representados*", conforme explicou na ocasião o aluno em representação de todos.

O Vereador João Gomes teve oportunidade de enaltecer o trabalho desenvolvido, salientando que é muito importante a participação dos alunos nestas atividades ambientais, pois durante muitos anos não se deu importância ao ambiente e as crianças e jovens são o nosso futuro e são eles que têm o desafio de mudar as mentalidades e dar o exemplo.

No Concelho de Abrantes, integram o projeto Eco-Escolas a EB 2/3 D. Miguel de Almeida, a Escola Secundária Dr. Solano de Abreu, a Escola EB 2/3 Octávio Duarte Ferreira, em Tramagal, e, este ano pela primeira vez, a ESTA - Escola Superior de Tecnologia de Abrantes.

Tomado conhecimento.

■ ■

Fez referência ao Dia Mundial da Criança que se celebra hoje, dia 1 de junho e disse não ser possível comemorar o mesmo da forma como foi celebrado há dois anos atrás, mas referiu que o dia será assinalado, deixando uma palavra a todas crianças desejando o melhor do mundo.

Tomado conhecimento.

■ ■

Deu conhecimento, que no passado dia 25 de maio, estiveram presentes no 40º aniversário do Rotary Clube de Abrantes.

A Câmara Municipal foi distinguida com um Certificado de Apreço pelo Rotary Clube de Abrantes (RCA) durante a cerimónia comemorativa que assinalou os 40 anos de existência do RCA esta terça-feira, dia 25 de maio.

A Vereadora Paula Grijó recebeu o certificado, pelas mãos de um dos sócios fundadores do RCA em 1980-1981, o Certificado de Apreço que agradece ao Município de Abrantes a "generosa contribuição" nos programas educacionais, humanitários e culturais.

Felicitaram o clube rotário pelos 40 anos de uma história longa e muito bonita e agradecemos por este reconhecimento, mas, sobretudo, por serem um parceiro sempre presente. Juntos temos construído muitos projetos, sempre com o mesmo espírito comum que têm ajudado a fortalecer e a unir a nossa comunidade.

Tomado conhecimento.

O Presidente da Câmara deu conta que no passado dia 29 de maio, estiveram presentes no 34º aniversário da Associação de Melhoramentos da Freguesia de Tramagal, que contou com a participação da artista Ana Lains.

Desejaram as maiores felicidades e muito sucesso para esta nossa coletividade da vila do Tramagal.

Tomado conhecimento.

■■

Estiveram igualmente presentes no Concurso Internacional de Dressage de Abrantes (CDI3*), que se realizou no Centro Equestre de Vale de Ferreiros, freguesia do Pego, entre os dias 21 e 23 de maio, evento que é qualificativo para os Jogos Olímpicos de Tóquio 2021 e contou com o apoio do Município de Abrantes.

Tomado conhecimento.

■■

No dia 19 de maio, a convite da promotora, estiveram presentes na inauguração simbólica do novo espaço comercial "São Cabeleireira", localizado nas Galerias Camões, no centro histórico de Abrantes.

Felicitaram a promotora por este novo espaço, salientando que é importante dinamizar este espaço da cidade – as Galerias Camões.

Desejaram as maiores felicidades e muito sucesso.

Tomado conhecimento.

■■

Deu também conta que no dia 27 de maio, a convite dos promotores, estiveram presentes na abertura da Taberna da Amália, o novo espaço de restauração localizado na Rua Nossa Sr.ª da Conceição, em Abrantes.

Felicitaram os empresários por este projeto salientando que o estabelecimento está situado numa zona muito interessante da nossa cidade e é muito importante dinamizar o nosso centro histórico com novos negócios como este.

O novo espaço, que aposta nos produtos e recursos locais, tem dois chefs formados na EPDRA - Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes, estabeleceu parcerias com produtores locais e tem ainda em projeto desenvolver parcerias com artesãos locais para que, no primeiro sábado de cada mês, estes possam apresentar os seus trabalhos na Taberna da Amália.

Desejaram as maiores felicidades e muito sucesso.

Tomado conhecimento.

O Presidente da Câmara informou que no dia 28 maio, estiveram presentes na inauguração da exposição coletiva de fotografia "EN2 Pontes de Abrantes" que evoca os 150 anos da travessia rodoviária sobre o Tejo, em Rossio ao Sul do Tejo, e o 75º aniversário da Estrada Nacional 2, datas que se assinalaram em 2020.

São 17 fotografias, a preto e branco, da autoria de Ana Montez, Luís Peixoto, Maria Clara, Sandra Eunice, Sérgio Rosa, Tito Rosa e Francisco Salgado Tomás que retratam as pontes que atravessam o Tejo na cidade de Abrantes.

Organizada pela SET, empresa que promove o turismo cultural, a exposição tem a curadoria do abrantino Ivan Garcia e conta com a parceria do Município de Abrantes.

A exposição, que contempla ainda artefactos ligados à pesca gentilmente cedidos por António Mingote, estará patente até 2 de setembro no ParqueTejo, situado na Avenida Marginal do Tejo, em Rossio ao Sul do Tejo, podendo ser visitada todos os dias entre as 9h00 e as 20h00.

Tomado conhecimento.



Felicitaram a SAOV – Sociedade Agrícola Ouro Vegetal, S.A. pelos prémios que os seus azeites virgem extra receberam no NYIOOC – World Olive Oil Competition, realizado em Nova Iorque:

- Ouro: Cabeço das Nogueiras Premium Cornicabra;
- Ouro: Cabeço das Nogueiras Cobrançosa Veronica Foods Exclusive;
- Prata: Cabeço das Nogueiras Premium.

Tomado conhecimento.



Felicitaram a triatleta abrantina Luísa Miranda, que representa o Sport Lisboa e Benfica, por se ter sagrado campeã nacional no Triatlo de Oeiras no escalão de 16-17 anos.

Já em 2020, a abrantina, aluna da Escola Dr. Solano de Abreu, sagrou-se vice-campeã de duatlo e obteve a medalha de bronze no triatlo, no escalão de juvenis.

Tomado conhecimento.



Por último, manifestou também a sua satisfação e orgulho por ver a nossa Palha de Abrantes sair como a grande vencedora, no Distrito de Santarém, da 4ª Edição do Prémio Cinco Estrelas Regiões 2021, na categoria Doçaria Regional.

A Barragem de Castelo do Bode também foi a vencedora na categoria Reservas/Paisagens/Barragens.

O Prémio "Cinco Estrelas Regiões", é um sistema de avaliação que identifica, segundo a população portuguesa, o melhor que existe em cada uma das 20 regiões (18 distritos + duas

regiões autónomas) ao nível de recursos naturais, gastronomia, arte e cultura, património e outros ícones de referência nacional.

Através de uma votação nacional, os portugueses identificaram, para cada região, o que consideram Cinco Estrelas a vários níveis.

Esta votação é gerida pela Multidados.com, uma das empresas de estudos de mercado parceiras dos Prémios Cinco Estrelas, tendo contado no total com a participação de 346 mil pessoas.

Tomado conhecimento.



VEREADORA CELESTE SIMÃO

A Vereadora Celeste Simão começou por assinalar o Dia Mundial da Criança e tendo em conta que as crianças também tem o direito a estar mais capacitadas, de modo a poderem enfrentar melhor ainda aquilo que são os desafios e os problemas de hoje para construirmos um futuro melhor.

Deu conta do que estão a fazer com as crianças e jovens no âmbito do Plano Municipal para a Cidadania. As ações que são feitas estão sempre disponíveis e são solicitadas pelos Agrupamentos e pela Escola Profissional.

Também foi solicitado pelo Agrupamento Nº 2, a realização de diversas ações de prevenção e sensibilização no que diz respeito às temáticas da violência no namoro, do bullying e da igualdade de género.

As ações realizadas no primeiro semestre de 2021, foram quatro ações de sensibilização para alunos do 1º ciclo sobre Igualdade de Género, três ações de sensibilização para uma turma do 6º ano do 10º ano e para a turma do PIEF, também no âmbito da igualdade de género, fizeram dez ações sobre prevenção do bullying dirigidas a algumas turmas do 6º, 7º, 8º e 9º ano e uma turma PIEF e cinco ações de prevenção no âmbito da violência no namoro, para alunos de 6º, 7º, 8º, 9º e também PIEF.

Estas ações foram realizadas ao longo do ano letivo, porém houve algumas que ainda ficaram a aguardar tendo em conta a questão da pandemia.

Tomado conhecimento.



Falou sobre o Programa de Desenvolvimento de Competências Socio emocionais ao nível do 1º Ciclo.

Referiu que a equipa multidisciplinar de apoio ao aluno e à comunidade implementou ao longo deste ano letivo 2021/2021, um programa de desenvolvimento de competências socioemocionais, dirigido a alunos/as do 1º ciclo (3º/4º anos), num total de 36 ações desenvolvidas, que envolveram cerca de 100 alunos/as e foram realizadas após o período de confinamento, em formato presencial, respeitando todas as condições de proteção e segurança.

Fizeram uma viagem por seis escolas básicas do concelho, onde desafiámos os alunos a conquistar os "superpoderes" da escuta, da gestão das emoções, do elogio, da assertividade, da comunicação e colaboração, como forma de os/as apoiar a adaptar às mudanças para um novo ciclo, a potenciar os resultados escolares e a uma melhoria nas relações interpessoais. As Escolas participantes, foram EB Rossio; EB Pego; EB Bemposta; EB Alvega; EB Mouriscas; EB nº 1 de Abrantes.

Relativamente ao Programa de Desenvolvimento de Competências Socioemocionais ao nível do 3º Ciclo (9ºAno), disse que a equipa multidisciplinar de apoio ao aluno e à comunidade, desenvolveu ao longo do ano letivo, após o período de confinamento e em formato presencial, diversas ações dirigidas a jovens do 3º ciclo (9º ano) de ambos os agrupamentos escolares do nosso concelho, no sentido de os/as apoiar na fase de tomada de decisão sobre o seu percurso académico.

A intervenção neste âmbito, culminou com a realização de um evento, em formato online, no passado dia 26.05.2021, em que estiveram presentes mais de 100 jovens e contou com a colaboração de um grupo de profissionais abrantinos, convidados a partilhar um testemunho sobre os seus percursos académicos e profissionais, em jeito de conversa informal: André Oliveira - Destilador ("Gin T"); Francisca Laia - Atleta olímpica; João Freire – Investigador; Mariana Rijo - Autora do livro "*Dias de mudança*" e Paulo Rego - Chefe de Divisão na Câmara Municipal de Abrantes (Divisão de Sistemas de Informação).

O programa do evento incluiu ainda a colaboração de uma profissional de saúde mental, psicóloga – Inês Guiomar - representante da Ordem dos Psicólogos Portugueses - Delegação Regional do Centro, com uma comunicação sobre "*Estratégias de gestão da ansiedade em momentos de mudança e tomada de decisão*".

Tomado conhecimento.



A Vereadora Celeste Simão falou também sobre os Recursos Tecnológicos "Laboratórios de Aprendizagem" – T-CODE - + Tecnologia + Educação + Cidadania.

De acordo com o previsto no Projeto Educativo Municipal de Abrantes e o estipulado no Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo – Eixo 2 – Medidas de Intervenção Precoce, redução do abandono escolar e promoção do sucesso educativo, a Câmara municipal de Abrantes apresentou em 2018 a 1.º candidatura, para a aquisição de equipamento na área das Tecnologias de Informação e Comunicação, devidamente enquadrado em objetivos pedagógicos e educacionais:

- Dotar as escolas de novos equipamentos nas áreas das tecnologias da informação e comunicação;
- Utilizar os equipamentos como uma ferramenta diária de trabalho e como recurso interdisciplinar;
- Utilizar os equipamentos como ferramentas na aprendizagem da leitura;
- Estabelecer parcerias com diferentes instituições;

- Promover o conhecimento científico, tecnológico, cultural, artístico e empreendedor dos alunos através do uso das novas tecnologias.

O Município, em 2018, procedeu à aquisição de Kits "Laboratórios de Aprendizagem", como os quais se apetrechou 5 escolas:

- EB Abrantes n.º 1
- EB/JI M.ª Lucília Moita
- EB/JI Tramagal
- EB/JI Chainça
- EB/JI António Torrado

Em 2019, procedeu-se à aquisição de mais 8 Kits de aprendizagem para se apetrechar as restantes escolas:

- EB/JI Rio de Moinhos
- EB/JI S. Miguel do Rio Torto
- EB Abrantes n.º 2
- EB/JI Bemposta
- EB/JI Rossio ao Sul do Tejo
- EB/JI Pego
- EB/JI Alvega
- EB/JI Mouriscas

Da aquisição de estes kits de aprendizagem surge uma parceria entre o Município de Abrantes, o Parque de Ciência e Tecnologia (TAGUSVALLEY) e os Agrupamentos de Escolas para dinamização do projeto T-CODE, ao abrigo dos contratos-programa entre a Câmara Municipal de Abrantes e a Tagusvalley, aprovados em Assembleia Municipal a 6 de dezembro de 2019 e 11 de dezembro de 2020.

O projeto T-CODE promove o ensino de linguagens de programação Scratch+HTML+Python, nas 13 escolas, dos 2 Agrupamentos, capacitando alunos e professores com competências e conhecimentos em diferentes linguagens de programação.

No presente ano letivo, envolve todas as turmas do 3.º e 4.º anos (27 turmas), 434 alunos, cerca de 30 professores e 4 técnicos – TAGUSVALLEY.

"Todos neste país deveriam aprender a programar um computador, pois isto ensina a pensar" A famosa frase de Steve Jobs sobre aprender programação, expressa bem por que aprender a programar é tão importante para a sociedade e para o próprio desenvolvimento das pessoas. Aprender programação estimula competências tão diversas como:

- Raciocínio lógico

Aprender programação é aprender a lidar com desafios cognitivos que exigem concentração e pensamento sequencial e lógico.

Vivenciar situações matemáticas na infância estimula o pensamento quantitativo das crianças, aprender a linguagem de programação desenvolve os circuitos neuronais relacionados com o pensamento abstrato e lógico.

Ao programar os mais jovens estimulam o lado esquerdo do cérebro, responsável pelo pensamento espacial, lógico e analítico.

- Aprendizagem da matemática e da física

Os conceitos trabalhados nas ciências exatas exigem pensamento analítico e capacidade de resolução de problemas abstratos. Assim, o desenvolvimento do raciocínio lógico proporcionado pela programação tem consequências muito positivas na aprendizagem de matérias como a matemática e a física.

- Competências da escrita

Como a programação é uma linguagem tal e como a escrita, aprender a programar estimula as áreas do cérebro responsáveis pelo processamento e organização de palavras e frases, desenvolvendo nos alunos melhores desempenhos na produção de textos mais coesos e coerentes.

- Criatividade

A programação melhora a criatividade das crianças e adolescentes porque exige a resolução constante de desafios, que pedem inovações e soluções cada vez mais flexíveis e elegantes.

- Organização pessoal

Sendo lógica e sequencial, a programação exige uma contínua organização de ideias e de pensamentos. Esta sistematização mental necessária no mundo digital contribui para que os alunos adotem esta atuação em outros aspetos das suas vidas pessoais.

- Trabalho em equipe

A programação exige trabalho de equipa para resolver os problemas a chegar a soluções lógicas e criativas. Quanto mais forem os pensadores melhor será a solução.

Desta forma, os alunos tornam-se mais colaborativos e desenvolvem as suas competências sociais. Na transição da era da informação para a era do conhecimento, "aprender a aprender" é uma mais valia para qualquer individuo, e certamente fará toda a diferença, na sua vida pessoal e profissional.

No presente ano letivo, apesar da pandemia que vivemos, o projeto teve sempre a sua continuidade em regime não presencial. No final, será feita a respetiva avaliação em articulação com os Agrupamentos de Escolas e respeitando a sua autonomia, de forma a podermos programar o próximo ano letivo, acrescentando mais valor à ação e/ou o alargamento do público alvo.

Tomado conhecimento.



VEREADORA PAULA GRIJÓ

A Vereadora Paula Grijó desejou a todas as crianças do mundo, mas em particular às abrantinas, o melhor dos dias, e como dizia Nelson Mandela, a educação é a melhor arma que existe para mudar o mundo e acredita que em Abrantes a melhor prenda que dão às crianças, é a apostila continuada na educação de qualidade.

Tomado conhecimento.

VEREADOR LUÍS DIAS

O Vereador Luís Dias subscreveu todas as palavras que já foram ditas de homenagem este dia Mundial da Criança e que os próximos 364 dias tenham também esta forma tão proverbial conforme foram referidas pelas suas colegas Vereadoras.

Tomado conhecimento.



O Presidente da Câmara antes da passar a palavra ao Vereador Rui Santos, aproveitou para o felicitar pela celebração do seu aniversário, desejando-lhe um bom dia e o envio de um abraço. Referiu que são adversários políticos, mas que não são inimigos, cada um tem as suas opiniões e naturalmente respeita a opinião de cada um.

Por isso, disse ter “uma prenda para lhe dar”, ou seja, que a Senhora Ministra da Coesão Territorial, se comprometeu recentemente no Parlamento com o cumprimento da lei do orçamento de estado, para a redução de 50% das portagens da A23, a partir do dia 1 de julho de 2021.

Considera ser uma decisão que beneficia a região e que os veículos mais pesados possam circular mais nestas estradas que estão preparadas para esse efeito.



VEREADOR RUI SANTOS

O Vereador Rui Santos começou por agradecer ao Presidente da Câmara as suas palavras de felicitações e referiu que independentemente das divergências políticas, a amizade estará sempre acima de tudo e que da sua parte poderá contar sempre com essa amizade.

Manifestou a sua satisfação pela “prenda” dada pelo Presidente da Câmara e referiu que é mais uma prova de que quando conseguem colocar de lado os partidos políticos e lutarem todos na mesma direção, conseguem obter frutos.

Deixou também uma palavra muito especial neste Dia Mundial da Criança a todas as crianças do mundo, em especial às do concelho de Abrantes e relembrar toda a gente, que as crianças merecem ser tratadas com dignidade, porque são aqueles que por vezes juntamente com os idosos são as que estão mais desprotegidas e que são elas o futuro do nosso país.



VEREADOR ARMINDO SILVEIRA

O Vereador Armindo Silveira associou-se aos desejos e felicitações já referidos pelos restantes elementos do executivo.

Relativamente à A 23, manifestou a sua satisfação e espera que a redução seja efetiva, mas vincou que o objetivo do Bloco de Esquerda é a extinção das portagens na A23.

Em seguida, o Vereador Armindo Silveira mencionou que entre os dias 4 e 5 de junho de 2021, vão estar em Abrantes cerca de 2 mil pessoas no evento Lés a Lés. É óbvio que sabe a importância deste evento para a economia local, mas, dado o elevado número de participantes, perguntou como é que se vai processar o plano de segurança aprovado pela DGS.

O Vereador Armindo Silveira disse que o Santander Portugal, registou lucros de 295,6 milhões de euros em 2020, no entanto, continua com o plano de despedimentos, encerramento de caixas multibanco e balcões onde se inclui o balcão em Rossio ao Sul do Tejo, que é o único que resta dos três que existiam nesta localidade. Este balcão tem uma função social insubstituível e se se confirmar o encerramento, será menos um serviço essencial em Rossio ao Sul do Tejo daí o BE condenar esta decisão de uma entidade que, recorde-se, continua a lucrar com os seus clientes.

■ ■

Seguidamente passou a citar o seguinte:

"A última semana foi fértil em notícias sobre o futuro da Central Termoelétrica do Pego a carvão. A Trustenergy e a Endesa têm posições opostas sobre o projeto de reconversão da Central do Pego para biomassa florestal residual. Nuno Ribeira da Silva, da Endesa, afirmou mesmo que não existe biomassa, em Portugal, para alimentar uma central desta dimensão.

No entanto, o Sr. Presidente da Câmara e a Sra. Anabela Freitas em representação do CIMT, portanto dos demais presidentes dos Municípios do Médio Tejo, reforçaram publicamente o apoio ao projeto de reconversão da referida central para biomassa florestal residual.

Ora esta posição conjunta só pode estar baseada num sólido estudo sobre o consumo de uma central de biomassa de 600MW e das áreas, em Portugal, onde a biomassa vai ser recolhida.

Portanto, pergunto qual a instituição ou instituições que elaboraram o referido estudo que suporta a posição do Sr. Presidente e restantes Presidentes dos Municípios do Médio Tejo e onde se pode aceder ao mesmo?"

■ ■

Sobre a Revisão do PDM do Concelho de Abrantes, apresentou as seguintes questões:

"-Quando é que o PDM do Concelho de é apresentado ao restante executivo e colocado em consulta pública?

-O BE de Abrantes entende que uma das formas de contrariar o despovoamento de algumas aldeias e trazer-lhes alguma dinâmica é a revisão do PDM permitir a instalação de micro e pequenas empresas em espaços criados para esse efeito. Pergunto se a revisão do PDM consagra essa possibilidade como forma de corrigir assimetrias, dar coesão ao território e torná-lo no seu todo atrativo para jovens e menos jovens?"

Por fim, o Vereador Armindo Silveira fez referência à criação de um Julgado de Paz no Concelho de Abrantes e mencionou o seguinte:

"Sobre proposta do BE, na sessão de 20 de abril de 2018, a Assembleia Municipal de Abrantes aprovou por esmagadora maioria uma recomendação para que o executivo de maioria PS realizasse um estudo de viabilidade para a instalação de um Julgado de Paz em Abrantes. Até hoje esse estudo não foi apresentado o que configura um desrespeito para com a Assembleia Municipal e uma falta de interesse em criar as condições de acesso à justiça a famílias carenciadas. Acrescenta-se que a criação de um Julgado de Paz também iria retirar processos dos tribunais permitindo uma celeridade em toda a linha. 5.1-Face ao exposto, pergunto se o estudo está a ser realizado e se não, qual a razão da sua não realização?"

■ ■

Relativamente à questão dos Julgados de Paz, o Presidente da Câmara informou o Vereador Armindo Silveira, que em tempo oportuno o executivo transmitirá informação mais concreta sobre essa matéria.

Quanto ao PDM referiu que o mesmo está a ser trabalhado, é um processo que não depende exclusivamente da Câmara Municipal, tem outras entidades envolvidas no processo, mas na próxima reunião prestará mais informação sobre o assunto, para que não reste qualquer dúvida.

Sobre a Central Termoelétrica do Pego, explicou que a Presidente da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e Presidente da Câmara Municipal de Tomar, manifestou a sua posição, é uma posição que está de acordo com o que o Município de Abrantes tem pensado a esse propósito. Referiu que dois acionistas da Tejo Energia têm opiniões diferentes sobre a reconversão da Central Termoelétrica do Pego.

Informou que ainda esta semana vai reunir com o secretário de Estado da Energia e que na tarde de hoje, irá reunir com um dos acionistas e amanhã nova reunião com outro acionista.

Afirmou que a autarquia está a trabalhar sobre essa matéria e diz que a reconversão da Central Termoelétrica do Pego, não se interpreta apenas e exclusivamente à biomassa, há mais vida para além da biomassa, embora esta seja um elemento importante nesta fase de transição.

Relativamente do hidrogénio e do metano, são assuntos muito pertinentes e questões de futuro e obviamente a Câmara Municipal está a acompanhar aquilo que são os projetos dos diferentes acionistas, reforçando que aquilo que todos devemos ambicionar e é por isso que tem lutado todos os dias é termos o melhor projeto de reconversão para a Central.

Aludiu que se está a falar de empresas privadas, de investimentos de grande envergadura, assim como da economia local e da sensibilidade que esta questão tem, de postos de trabalho, da própria importância que a Central Termoelétrica tem para o país, pelo que se trata de um assunto bastante delicado, que importa ir gerindo de forma cuidadosa.

Quanto ao Balcão Santander, informou que já reunião com os administradores locais e regionais, onde teve a oportunidade de manifestar o seu desagrado relativamente ao encerramento da agência em Rossio ao Sul do Tejo, sendo que a ideia daquela entidade, é transitar os seus

profissionais para a agência de Abrantes e criar novas dinâmicas dentro da sua estrutura de acordo com os dias de hoje. É uma estratégia de uma empresa privada que lamenta por questões de respeito pelo passado, uma vez que foi das primeiras agências a serem colocadas quer em Rossio ao Sul do Tejo quer no nosso concelho, tem um conjunto de clientes que de forma presencial se relaciona com a instituição e é com tristeza que vão assistir ao encerramento presencial.

Informou também que vão trabalhar num futuro próximo no que se refere às questões com as caixas multibanco, de modo a mitigar e a minimizar, o impacto com a saída da referida agência bancária daquele local.

Relativamente ao evento Portugal de Lés-a-Lés, o Presidente da Câmara disse que é um evento organizado pela Federação Portuguesa de Motociclismo e que arrasta em si próprio apoio técnico e médico e só acontece com princípios estabelecidos com a Direção Geral de Saúde.

Desejam que haja um acompanhamento permanente por parte da organização, porque foi assim que estabeleceram esta parceria, mediante o cumprimento de todas as regras da DGS.

O Vereador Armindo Silveira interveio de novo, para dizer que esperava da Câmara Municipal, um maior conhecimento daquilo que será o Plano de Segurança do referido evento, no sentido de poder garantir em qualquer possibilidade de incumprimento.

Recordou o que aconteceu em vários pontos do país, nomeadamente em Lisboa e no Porto, em que os eventos acabaram por descambar e deram naquilo que todos tiveram conhecimento, havendo depois uma desresponsabilização de todas as entidades no acompanhamento e verificação do plano e segurança.

Em relação aos Julgados de Paz, disse que não considera como aceitável a resposta do Presidente da Câmara, porque já não é a primeira vez que trás este assunto a reunião de câmara e dizer que irá dar informação em tempo oportuno sobre estudos, revela um desinteresse completo naquilo que é a instalação dos Jugados de Paz em Abrantes.

Em relação à Central Termoelétrica do Pego, disse que só se pode pronunciar sobre aquilo que vem a reunião de câmara e sobre um projeto concreto em que o documento presente a reunião de câmara foi o pedido de parecer sobre a localização desta unidade.

Relativamente ao Hidrogénio e outras fontes que foram lançadas para cima da mesa, referiu que não tem informações sobre esses anúncios que acontecem, e nesse aspeto, voltou a perguntar qual é o estudo que o Presidente da Câmara e restantes autarcas da Comunidade Intermunicipal, se baseiam para dar o apoio a um projeto que é privado de reconversão em biomassa.

Deixou bem claro que nada tem contra as empresas, por estas estarem no seu direito de apresentar os seus projetos. Mas enquanto Vereador da Câmara Municipal, diz ter o direito de exigir que esse estudo lhe seja facultado, para que também possa tomar a sua posição sobre esta situação.

O Presidente da Câmara voltou a referir que a seu tempo lhe dará as informações que tiver acerca da Central Termoelétrica do Pego, ou em alternativa, sugeriu que o Vereador Armindo Silveira solicitasse os projetos aos acionistas da referida Central.

Trata-se de um assunto muito delicado de acionistas de empresas privadas, que merecem o sigilo dos investimentos.

Referiu que se está numa fase muito inicial de um processo de reconversão e que à Câmara Municipal e à Médio Tejo compete tornar públicos os projetos, quando eles se assumirem como tal. E é isso que irá fazer.

Sobre os Julgados de Paz, o Presidente da Câmara disse não se tratar de desinteresse ou interesse a mais, essa questão já lhe foi respondida diversas vezes, inclusive na Assembleia Municipal e que daqui a 15 dias entregará informação escrita acerca do assunto.

Quanto ao Portugal Lés-a-Lés, é um evento organizado por uma entidade que se responsabiliza pelo cumprimento das medidas de segurança e que os Serviços de Desporto e do Turismo da autarquia estão a acompanhar o evento e têm acesso a uma orientação de metodologia da organização sobre a égide da DGS, o que obriga a que todos estamos muito responsabilizados.

O Vereador Luís Dias usou da palavra para explicar que este é um evento de lazer, todas as pessoas que vão fazer a 23ª edição do Lés-a-Lés, já o ano passado o mesmo aconteceu e que decorre de acordo com um plano de contingência e da orientação da DGS, assim com um parecer da GNR que foi passada em todos os destacamentos. Também a autarquia está a articular com a PSP para que sejam observados todos os condicionalismos que estão descritos não só pela GNR, mas também todo as normas de segurança e proteção, no âmbito da situação epidemiológica causada pela Covid-19, emanadas pela Direção Geral de Saúde.

As pessoas vão chegando das 15,30 horas até às 20,00 horas e depois seguirão para os locais que tem reservados para jantar e pernoitar.

Referiu que se trata de uma ocupação hoteleira não só em Abrantes, mas em toda a região, o que é muito importante para o tecido económico, como assim dirão todos os autarcas por onde este evento irá passar.

No dia seguinte, a saída será entre as 5/6 horas da manhã até às 10 horas da manhã, para a última etapa até Faro.

De acordo com todas as regras e orientações já mencionadas de todas entidades envolvidas, pretendem que haja um comportamento cívico de todos.

O Vereador João Gomes também interveio, para prestar alguns esclarecimentos relativamente a dúvidas apontadas pelo Vereador Armindo Silveira, no âmbito do PDM.

Em relação ao PDM disse que já terminaram todo o desenvolvimento de trabalho, em que foram consultadas mais de quarenta entidades que o PDM exige de concertação, uma vez que todas as entidades envolvidas têm de dar parecer e ser trabalhado em conjunto.

Referiu que a intenção é de que até ao final do ano seja iniciado o período de discussão pública e passar a efetividade e a entrada em vigor do novo PDM, até ao início do primeiro semestre do próximo ano.

Relativamente a outras questões que levantou, nomeadamente em relação ao desenvolvimento económico das localidades e freguesias mais afastadas do centro urbano, recordou que existem diversas atividades económicas a funcionar em diversos territórios, o que não impede que sejam acolhidas infraestruturas nessas pequenas localidades espalhadas pelo concelho e o PDM já permite a instalação dessas entidades, desde que cumpram com os critérios exigidos e com as normas para os próprios locais.

Disse também que sempre que são presentes processos a reunião de Câmara para aprovação, nomeadamente algumas declarações de compatibilidade com instalações de empresas

deslocalizadas e sobretudo agro-florestais, o Vereador Armindo Silveira tem criado muitas dúvidas e quase sempre uma questão negativa associada a isso mesmo, pelo que se torna necessário perceber qual é efetivamente a orientação do Bloco de Esquerda acerca destas questões.

Considera que o importante é trabalhar em conjunto, definir estratégias em conjunto, para que as pessoas possam criar as melhores condições empresariais, para criarem emprego e se fixarem as pessoas.

O Vereador Rui Santos voltou a pedir a palavra para dizer que o evento Portugal Lés-a-Lés é muito bem vindo para incentivar a economia local e que não se compara nem com as celebrações da vitória do campeonato nacional do Sporting, nem com as celebrações da Taça de Portugal em Braga e tão pouco com a Champions no Porto.

Quanto aos Julgados de Paz, referiu que é uma matéria que lhe é muito querida e que ainda não era Vereador e foi das primeiras pessoas a falar sobre este assunto.

Dirigiu-se ao Vereador Armindo Silveira, para dizer que os Julgados de Paz não são para pessoas carenciadas nem para retirar processos aos tribunais, porque se caminharmos por aí vamos esvaziar, mais uma vez, o nosso tribunal, o que não queremos, e que nunca viu o Vereador estar ao seu lado a defender que o nosso tribunal deveria ter novas valências ou ações para o comércio, referindo que o Tribunal de Comércio funciona em Santarém.

Sugeriu o conhecimento do número dos Julgados de Paz existentes nas proximidades do concelho de Abrantes, qual é a taxa de execução desses Julgados de Paz ou se apenas é meramente propaganda eleitoral como acontece em muitos municípios para depois terem as portas fechadas.

Afirmou ter dados concretos sobre os Julgados de Paz e manifestou muitas dúvidas quanto à pertinência de um Julgado de Paz em Abrantes. Acrescentou ainda que o número da população insuficiente no concelho de Abrantes, não permite um Julgado de Paz só para aquele território, mas um trabalho com outros municípios.

Ao contrário, defende o foco do executivo e que ainda durante esta legislatura pudéssem ter mais valências no Tribunal de Abrantes.

Em resposta, o Vereador Armindo Silveira afirmou que um estudo poderia responder às questões levantadas pelo vereador Rui Santos e recordou que o Bloco de Esquerda rejeitou a reforma da Justiça concretizada pelo PSD e pelo CDS, referindo que votaram contra e estar a dizer que o BE não defende o tribunal de Abrantes e que não o acompanham, as declarações ficam com o Vereador Rui Santos.

Acrescentou ainda, se esse tribunal de alguma forma encarecer a Justiça e tornar muito mais cara uma decisão que poderá ser muito mais simples, não terão o apoio do Bloco de Esquerda.

O Vereador Rui Santos disse desconhecer qual a posição oficial do Bloco de Esquerda em relação à reforma da Justiça e falou sobre a posição do Partido Socialista que esclareceu ser semelhante à realizada pelo PSD/CDS no tempo do governo de Passos Coelho.

Referiu que nas reformas nem tudo é bem feito, por isso mesmo as coisas têm de se ir adaptando ao longo do tempo, dizendo que a Justiça há muito que necessita de uma reforma e insistiu que os Julgados de Paz não é para uma franja da população.

■■■

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR – INTERVENÇÕES

(artigo 57º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Foi aprovada, por unanimidade, a parte da ata relativa às intervenções do executivo da reunião anterior.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

■■■

ORDEM DO DIA

Conforme consta de documento que se anexa à presente ata

(artigo 53º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

1. Gabinete de Apoio à Presidência

GAP - Nº 01 – Para conhecimento, o Presidente da Câmara, remete correspondência do Ministério da Defesa Nacional – Brigada de Reação Rápida - Regimento de Comandos, dando conta da realização exercícios de fogos reais de armas ligeiras, médias e pesadas e sessões de rebentamentos de explosivos, no polígono de tiro do Campo Militar de Santa Margarida, no dia 28 de maio de 2021, entre as 07:00 e as 22:00 horas – PG 755787

Tomado conhecimento.

■■

GAP - Nº 02 – Para conhecimento, o Presidente da Câmara, remete correspondência do Ministério da Defesa Nacional – Regimento de Comandos, dando conta da realização exercícios de fogos reais, no polígono de tiro do Campo Militar de Santa Margarida, no dia 30 de maio de 2021, entre as 08:30 e as 16:00 horas – PG 758260

Tomado conhecimento.

10/06/2021

GAP - Nº 03 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, proposta para atribuição de Medalha de Mérito Municipal às Escolas do Concelho de Abrantes, que ocorrerá nas cerimónias oficiais do Dia da Cidade, a 14 de junho de 2021, – PG 764080

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada.



2. Serviço Municipal de Proteção Civil

SMPC - Nº 01 a 02 – Propostas de Deliberação do Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo os seus despachos que aprovaram a emissão de parecer favorável relativo aos pedidos de autorização prévia para a ação de rearborização apresentados ao ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P, por vários requerentes, conforme quadro seguinte:

nº	Requerente	Espécie/área	Local e freguesia	Despacho	Inf. SIG/SOT	PG
01	Domicilia Francisca da Silva	Eucalipto-comum 0,8ha	Vale da Carreira e Estrada Larga – UF S Facundo e Vale das Mós	12/05/2021	18/03/2021	717979
02	João Nascimento de Jesus Pedro	Eucalipto-comum 2,72ha	Freguesia de Fontes	12/05/2021	18/03/2021	717945

Tratando-se de competência da Câmara Municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu o Presidente da Câmara, essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por maioria, com o voto contra do Vereador Armindo Silveira e a abstenção do Vereador Rui Santos, ratificar os despachos do Presidente da Câmara, que aprovaram a emissão de parecer favorável relativo aos pedidos de autorização prévia para a ação de rearborização apresentados no ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. pelos requerentes enunciados, nos termos e com os fundamentos e condicionalismos referidos no ofício enviado ao ICNF e na informação do SOT/SIG da Divisão do Urbanismo que constam do respetivo processo.

O Vereador Armindo Silveira disse que no início do mandato, os mapas chegavam aos vereadores muito mais completos, pelo que no seu entender falta informação técnica. Relativamente a estes dois pedidos, diz que desconhece as culturas confinantes e se se trata de zona de monocultura. Solicitou que de futuro seja facultada a composição arbórea nas parcelas.

O Presidente da Câmara informou que vai solicitar para que a informação seja reforçada e acrescentou que o Vereador Armindo Silveira tem sempre a possibilidade de solicitar o reforço dessa informação, sempre que achar necessário.

■■■

3. Divisão de Gestão das Pessoas

DGP - Nº 01 - Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, referente a uma informação do Chefe da Divisão de Gestão das Pessoas, datada de 18 de maio de 2021, que remete para aprovação, o Plano de Trabalhos com Riscos Especiais referente aos Trabalhos em Altura a realizar nas fachadas do edifício e no seu interior, que deverá ser anexado ao Plano de Segurança e Saúde em fase de execução para a empreitada de "Requalificação e Ampliação do Colégio Nossa Senhora de Fátima para Instalação do Centro Escolar de Abrantes". – PG 398971

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o Plano de Trabalhos com Riscos Especiais referente aos Trabalhos em Altura da empreitada do "Centro Escolar de Abrantes", nos termos da referida informação do Chefe da Divisão de Gestão das Pessoas, datada de 18 de maio de 2021.

■■■

4. Divisão Financeira

DF - Nº 01 - Para conhecimento, o Presidente da Câmara, remete listagem dos procedimentos iniciados entre abril e maio do corrente ano, cuja assunção de compromisso plurianual foi autorizada pelo Presidente da Câmara ao abrigo da autorização prévia dada pela Assembleia Municipal para 2021. – PG 645913

Tomado conhecimento e enviar à Assembleia Municipal para conhecimento.

■■

DF - Nº 02 - Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 24 de maio de 2021, que no seguimento de um pedido da Divisão de Obras Públicas, remete para que seja autorizada a assunção de compromisso plurianual relativa à despesa a realizar com o contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual para "Aquisição de energia elétrica para diversas instalações municipais, em Baixa Tensão Especial e Média Tensão, ao abrigo do Acordo Quadro da CIMT-CPCC/05/2020", para a Escola Dr. Solano de Abreu, Escola Dr. Manuel Fernandes, Escola EB 2,3 Dom Miguel de Almeida, Escola EB 2,3 Octávio Duarte Ferreira e o MIAA - Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes.

Mais informa que, o valor do contrato não ultrapassará os 570.000,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que corresponde a um montante anual de 285.000,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. O contrato vigorará pelo prazo de 1 ano, renovável por igual período,

pelo que terá incidência em mais do que um ano económico. Nestes termos, estamos perante despesa plurianual, sujeita a autorização prévia da assembleia municipal nos termos da al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. A referida despesa não pode ser enquadrada na Autorização Prévia da AM para 2021, uma vez que o valor anual é superior ao disposto na al. b) do nº 1 do artº 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho (99.759,58€). - PG 758714

Deliberação: Por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal para autorização da assunção de compromisso plurianual da despesa a realizar com o contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual para "Aquisição de energia elétrica para diversas instalações municipais, em Baixa Tensão Especial e Média Tensão, ao abrigo do Acordo Quadro da CIMT-CPCC/05/2020", nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 24 de maio de 2021.



DF - Nº 03 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 24 de maio d 2021, que no âmbito da autorização da assunção de compromissos plurianuais para "Fornecimento de refeições confeccionadas em refeitórios escolares dos estabelecimentos do pré-escolar, ensino básico e secundário do concelho de Abrantes, ao abrigo do Acordo Quadro de Refeições Escolares, celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CPCC/07/2019), Lote 4", informa que, aquando da informação inicial para autorização de assunção de compromisso plurianual indicou-se que "... a despesa estimada não ultrapassa os 646.732,00€, acrescida do IVA ...", quando se devia ter indicado que "... a despesa estimada não ultrapassa os 646.732,00€/ano, acrescida do IVA...", pelo que se sugere retificação da deliberação da Câmara Municipal de 20 de abril de 2021 e da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2021. - PG 733461

Deliberação: Por unanimidade, retificar a deliberação nº 5 da reunião de 20 de abril de 2021, nos termos da informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 24 de maio de 2021 e submeter à Assembleia Municipal para retificação.



DF - Nº 04 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 21 de maio de 2021, que no seguimento da da assunção de compromissos plurianuais para "Fornecimento de refeições confeccionadas em refeitórios escolares dos estabelecimentos do pré-escolar, ensino básico e secundário do concelho de Abrantes, ao abrigo do Acordo Quadro de Refeições Escolares, celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CPCC/07/2019), Lote 4", remete para aprovação, proposta de decisão de contratar e de autorização da despesa: - para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estimou-se que o respetivo preço contratual para o período de duração do contrato (24 meses - anos letivos

2021/2022 e 2022/2023) não deverá exceder o montante de 1.293.464,00€, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, o que corresponde a um montante por ano letivo de 646.732,00€/ano. A despesa que se estima irá onerar o orçamento de 2021, foi devidamente cabimentada. Quanto à assunção do compromisso, por força da aplicação do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, na redação atual, que regulamenta a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual (LCPA) considera-se causa de não adjudicação a situação de inexistência de fundos disponíveis por parte do Município, que a aplicação daquelas leis surpreender na altura em que a mesma deva ocorrer, condição de que as próprias entidades concorrentes ou convidadas ficam cientes pelo programa de procedimento/convite. O procedimento extingue-se, se, por motivo superveniente não seja possível a obtenção de fundos disponíveis, no período de validade das propostas. Nos termos do disposto no nº 1 do artº 259º do CCP, propõe-se a adoção de Consulta Prévia ao abrigo do Acordo Quadro de Refeições Escolares da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CPCC/07/2019) – Lote 4, nos termos dos artº 259º do CCP. O mesmo será desenvolvido nos termos dos artºs 112º a 127º do CCP, conjugados com os artºs 34º a 111º do mesmo diploma legal.

Propõe-se ainda:

- A aprovação das peças do procedimento aplicáveis ao procedimento nos termos da al. b) do nº 1 do artº 40º do CCP, nomeadamente, Convite, elaborado de acordo com artº 115º do CCP e o Caderno de Encargos, elaborado de acordo com o artº 42º do mesmo diploma legal;
- Que nos termos do nº 1 do artº 259º do CCP sejam consultadas as seguintes entidades cocontratantes ao abrigo do acordo quadro: - "GERTAL, Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A."; - "EUREST PORTUGAL, Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda."; - "UNISELF, Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A.";
- "ICA – Indústria e Comércio Alimentar, SA". Tratando-se de procedimento aberto ao abrigo do artº 259º do CCP, não se encontra abrangido pelo disposto no nº 2 do artº 113º do CCP;
- Que seja fixado o prazo de 24 meses para vigência do contrato;
- Que sejam definidos como preços base: a) preço base máximo para almoço – 1,80 € (acrescido de IVA à taxa legal em vigor); b) preço base máximo para pequeno almoço/lanche – 0,50 € (acrescido de IVA à taxa legal em vigor); c) Preço base máximo para refeição de adulto - 3,35 € (acrescido de IVA à taxa legal em vigor), até ao limites máximo de 1.293.464,00€, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, o que corresponde a um montante de 646.732,00€/ano;
- Que seja definido como critério de adjudicação o previsto na al. b) do nº 1 do artº 74º do CCP (critério da proposta economicamente mais vantajosa - avaliação do mais baixo preço ou custo) nos termos da al. i) do nº 1 do artº 37º do CE do Acordo Quadro;
- Que sejam designados os seguintes colaboradores como elementos júri para a condução do procedimento: a) Lurdes Batista (presidente); b) Helena Martinho (vogal efetivo); c) Elisabete Ramos (vogal efetivo); d) Céu Martins (vogal suplente); e) Cristina Bispo (vogal suplente);
- Que sejam delegadas no Júri do Concurso, as competências do órgão competente, conforme previsto no nº 2 do artº 69º e no artº 109º do CCP;

-
- Que em cumprimento do estipulado no nº 1 do artº 290º-A do CCP, seja nomeada como gestora do contrato colaboradora da DC, Helena Martinho;
 - Que seja definido o prazo de 12 dias para apresentação das propostas.

Para efeito do disposto no nº 2 do artº 46º-A do CCP, a decisão da não contratação por lotes, no procedimento em causa, foi fundamentada pelo serviço requisitante, por imperativos económicos, de eficiência de funcionalidade, considerando que se obtém uma maximização de recursos humanos e de recursos materiais necessários à prestação do serviço nas várias escolas, com um único prestador de serviços, conforme estipula a alínea b) do nº 2 do artº 46º - A do CCP. Tratando-se de contrato a celebrar ao abrigo de Acordo Quadro, encontra-se dispensado o disposto no nº 1 do artº 73º da LEO 2021, nos termos do disposto na al. a) do nº 2 do referido artº 73º – PG 733461

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a abertura de procedimento e autorizar a despesa para "Fornecimento de refeições confeccionadas em refeitórios escolares dos estabelecimentos do pré-escolar, ensino básico e secundário do concelho de Abrantes, ao abrigo do Acordo Quadro de Refeições Escolares, celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CPCC/07/2019), Lote 4", nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 21 de maio de 2021.

◎◎

DF - Nº 05 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, no seguimento e uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 20 de maio de 2021, remetendo para aprovação, proposta de abertura de procedimento pré-contratual para "Prestação de Serviços na Área de Seguros", uma vez que uma vez, que o Contrato nº 09/2020 de 28 de janeiro, com início a 01 de fevereiro de 2020, termina a 31 de janeiro de 2022.

Mais informa que o contrato vigorará pelo prazo de 36 meses e que a despesa estimada para a celebração de contrato ascende a 178.300,00€/ano, isentos de IVA, o que corresponde a um montante estimado de 534.900,00€, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, para os 36 meses de vigência do contrato. – PG 756145

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a despesa no montante de 534.900,00€ (quinhentos e trinta e quatro mil e novecentos euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com vista à abertura de procedimento pré-contratual para "Prestação de Serviços na Área de Seguros", nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 20 de maio de 2021 e submeter à Assembleia Municipal para autorização da assunção de compromisso plurianual.

◎◎

DF - Nº 06 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 25 de maio de 2021, que, nos termos do disposto nº 2 do artº 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual, remete para

aprovação, os documentos de Consolidação de Contas do Exercício 2020, integralmente elaborados nos termos do SNC-AP, nomeadamente, das NCP 22 e NCP 26 e que englobam:

- Relatório de Consolidação;
- Demonstrações Financeiras Consolidadas: Balanço, Demonstração de Resultados por Natureza, Fluxos de Caixa, Anexo à DF;
- Demonstrações Orçamentais Consolidadas: Demonstração do Desempenho Orçamental Consolidado e Demonstração consolidada de direitos e obrigações;
- Documentos de Suporte.

Conforme determina o ponto 4.1 das Notas Técnicas da Instrução nº 1/2019, do Tribunal de Contas, identificam-se os factos mais importantes constantes dos documentos de consolidação de contas, os quais devem constar da ata:

- **Balanço Consolidado:**
 - Total do Ativo – 192.023.476,87€;
 - Património Líquido – 183.255.139,30€;
 - Passivo – 8.768.337,57€;
- **Rendimentos e Gastos Consolidados (DR)**
 - Rendimentos – 35.049.103,09€;
 - Gastos – 33.351.924,18€;
 - Resultado Líquido – 1.697.178,91€;
- **Recebimento e Pagamentos Consolidados (DFC):**
 - Recebimentos: 33.507.713,77€
 - ✓ Operações Orçamentais – 28.461.341,33€;
 - ✓ Operações Tesouraria – 5.046.372,44€;
 - Pagamentos – 31.307.107,89€
 - ✓ Operações Orçamentais – 26.348.451,15€;
 - ✓ Operações Tesouraria – 4.958.656,74€;
- **Desempenho orçamental Consolidado (DDO):**
 - Recebimentos – 32.907.034,37€;
 - Pagamentos – 30.355.447,72€;
- **Saldos Iniciais e Finais do Desempenho Orçamental Consolidados:**
 - De Operações Orçamentais:
 - ✓ Inicial – 10.065.226,53€;
 - ✓ Final – 12.329.563,29€;
 - De Operações de Tesouraria:
 - ✓ Inicial – 1.516.810,74€;
 - ✓ Final – 1.532.148,15€.

Refere ainda, que em cumprimento do disposto no nº 3 do artº 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, foi emitido Certificação Legal e Parecer sobre as contas consolidadas, elaborados pelo revisor oficial de contas. – PG 763350

Deliberação: Por maioria, com a abstenção do Vereador Armindo Silveira, aprovar os documentos de Prestação de Contas Consolidadas relativas ao ano 2020.

Remeter à apreciação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea I) do nº 2 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara aproveitou para felicitar o Vereador João Gomes pelo trabalho desenvolvido na A.Logos, uma estrutura que considera importante para a região e que o executivo municipal pretende ver consolidada.

Acrescentou ainda que a Tagusvalley este ano tem um défice menor do que é habitual e também se está a percorrer um caminho tendente à maior sustentabilidade possível, sendo que a Tagusvalley enquanto gestora do Parque de Ciência e Tecnologia, é uma entidade de que precisa do incentivo da autarquia para criar as maiores dinâmicas possíveis no apoio às empresas e na criação e construção de novas empresas.

O Vereador Armindo Silveira pediu a palavra para referir ter algumas dúvidas relativamente à prestação de contas consolidadas relativas ao ano de 2020, nomeadamente o mencionado na página nº 13 do referido documento, que se prende com a anulação dos investimentos financeiros da Câmara Municipal nos Serviços Municipalizados e a anulação da participação na A. Logos e outra anulação da participação devida na Tagusvalley.

O Presidente esclareceu que no âmbito do processo de consolidação de contas, impõe-se a anulação das operações internas, o que significa que tudo o que foi transacionado, recebimentos e pagamentos entre as entidades que integram o perímetro de consolidação, têm de ser anulados, tratando-se de um procedimento técnico.

■■

DF - Nº 07 - Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 25 de maio de 2021, que no seguimento de um pedido da DDJA-Desporto, remete para aprovação, despesa, no montante de 4.000,00€ (quatro mil euros), para atribuição de apoio à Federação Equestre Portuguesa, para fazer face às despesas com a realização do Concurso Internacional de Dressage de Abrantes, que decorreu nos dias 22 e 23 de maio de 2021. – PG 760509

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a despesa no montante de 4.000,00€ (quatro mil euros), para atribuição de apoio, à Federação Equestre Portuguesa, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 25 de maio de 2021.

DF - Nº 08 - Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 26 de maio de 2021, na sequência da aquisição de 1.000 exemplares do livro Infantil "Lenda de Abrantes", a Divisão de Comunicação propôs que 500 exemplares sejam para oferta a crianças do concelho e que os outros 500 sejam para venda, ao preço de 5,00€/unidade, com IVA incluído. O preço de custo de edição ascendeu a 3,60€/unidade com IVA incluído. – PG 732510

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida proposta, nos termos da informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 26 de maio de 2021.

■ ■

DF - Nº 09 - Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 27 de maio de 2021, que remete para aprovação, alteração do Regulamento Interno dos Fundos Fixos de Caixa para 2021, para atribuição de fundo fixo de caixa a afetar ao CRO - Centro de Recolha Oficial, ficando o mesmo afeto ao veterinário municipal, Dr. Vítor Grácio, no montante de 20,00€ (vinte euros). – PG 675857

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a alteração do Regulamento Interno dos Fundos Fixos de Caixa para 2021, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 27 de maio de 2021.

■ ■ ■

5. Divisão do Conhecimento

DC - Nº 01 – Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão, no seguimento de uma informação da Divisão do Conhecimento, datada de 26 de maio de 2021, remete para aprovação, o Relatório Final de Avaliação do PEM – Projeto Educativo Municipal de Abrantes. – PG 763895

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o Relatório Final de Avaliação do PEM – Projeto Educativo Municipal de Abrantes e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

O Vereador Armindo Silveira apresentou o seguinte pedido de esclarecimentos:

"Este relatório tem, inegavelmente, informação muito valiosa e, não sendo uma reunião de Câmara o local ideal para a dissecar, importa tentar perceber porque é que algumas medidas correram menos bem e sobre as quais a Equipa do Observatório do PEM não desenvolveu conclusões.

Duas questões que ficam no "ar":

Objetivo B.1-Promover e melhorar a qualidade do sucesso educativo, envolvendo toda a comunidade educativa

Sobre este objetivo, importa perceber porque é que, na generalidade (...) "os valores alcançados pelos alunos de Abrantes são inferiores aos dos alunos a nível nacional".

Objetivo C.3-Aumentar o número de alunos que completam o ensino secundário

Importa também perceber, porque é que a taxa de conclusão do 12.º de escolaridade em Abrantes igualou a do Continente nos anos de 2017 a 2019, mas continua a ser menor em cerca de 3 pp à do Médio Tejo, região da qual fazemos parte.

Agora, quatro questões que tem a ver diretamente ou em parte, com a CMA:

1º-Objetivo C.4-Promover a igualdade no acesso ao ensino

"Neste objetivo é revelado a "Insuficiência das medidas de promoção da igualdade no acesso ao ensino, em especial os apoios económicos".

1.1-O Município de Abrantes dispõe de um Serviço de Ação Social e faz parte da Rede Social, por isso, pergunto quais as dificuldades encontradas em dar resposta às necessidades dos alunos e alunas desfavorecidas?

2º-Objetivo C.5-Adequar os transportes públicos às necessidades dos/as alunos/as

"(...) apesar da CMA avaliar como Boa a adequação dos horários dos transportes públicos às reais necessidades dos alunos, estes, entre outras respostas, afirmaram que "que devia haver mais autocarros" (...) e "foram unâmines em afirmar que "os transportes públicos não têm condições", chegando mesmo a dizer que "os transportes são uma miséria", pelo que se considera que o objetivo não foi atingido"

2.1-Pergunto porque é que existe discrepância entre a avaliação da CMA e os respostas dos alunos?

3º-Objetivo B.1-Promover a fixação de população jovem nas zonas rurais do concelho

Sobre o incumprimento deste objetivo realço duas respostas:

A Junta de Freguesia de S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo respondeu que "o investimento nas freguesias rurais ainda é muito pouco, quando comparado com a cidade".

Já a Junta de Freguesia de Bemposta refere que "quem tem o papel e capacidade de criar condições para a fixação dos jovens, é o Município, quando coloca à disposição dos possíveis interessados um conjunto de medidas que possam refletir a implementação de

empresas e criação de emprego ou um conjunto de medidas de apoio à construção e fixação de residência".

3.1-Estas respostas "vieram" de dois presidentes de duas Juntas de Freguesia governadas pelo PS. Pergunto se o executivo de maioria PS concorda com as mesmas e se não, porquê?

4º-Objetivo E.1-Rever a Carta Educativa

4.1-Pergunto ao executivo de maioria PS se Carta Educativa não teve nenhuma implicação na política educativa concelhia, então porque é que foi revista em 2019/2020, aprovada pelo CME em maio de 2020 e, atualmente se encontra a aguardar a pronúncia da DGESTE?

5º-Terminado este Ciclo, pergunto se o PEM vai ser interrompido ou se já existe uma nova equipa para a sua revisão e prosseguimento?"

O Presidente da Câmara respondeu que existe um Conselho Municipal de Educação numa comunidade que se quer democrática, precisamente para conseguir de forma mais exaustiva e analítica, interpretar este documento.

Referiu que não é original que a tendência do Vereador Armindo Silveira seja para dar atenção aos aspetos menos favoráveis, em vez de dar relevância à maior percentagem dos aspetos positivos e das muitas ações de diferentes níveis e de excelentes qualidades que se podem constatar neste relatório e que dizem respeito às nossas comunidades educativas e escolares, que tem muito a ver com o esforço das direções das escolas, do esforço e dedicação de muitos professores, das Associações de Pais, dos próprios alunos e dos auxiliares de ação educativa. De facto, este documento revela a excelência do trabalho que é feito nas nossas comunidades educativas e esse sim, é o aspecto mais importante que o Vereador Armindo Silveira não conseguiu referir.

Disse que há certas coisas que têm de ser corrigidas e melhoradas, mas com realismo e pragmatismo.

Relativamente aos transportes escolares, disse que "todos nós gostaríamos de ter transporte à porta das escolas de 10 em 10 minutos", mas a nossa estrutura de cidade e de concelho e até do Médio Tejo, não é semelhante a Lisboa, pelo que não temos capacidade para concretização de uma situação dessas, considerando que é pura utopia e que não tem nenhum sentido real porque tem de se ter em conta a dimensão geográfica do concelho e a relação populacional, assim como o número de pessoas que utilizam os transportes públicos.

Referiu também que este trabalho define estratégias de melhoria para o futuro e de como se pode fazer mais e melhor.

Acrescentou ainda que o Partido Socialista é muito democrático e onde todos têm direito às suas opiniões sem condicionalismos e não o alinhamento de pensamento que existe em alguns partidos parecidos com o Bloco de Esquerda.

A Vereadora Celeste Simão explicou que não existe legislação que obrigue a implementar este projeto educativo municipal e que o mesmo parte de uma opção política do Partido Socialista

em determinada altura, preconizando a qualidade da educação e uma escola pública para todas e para todos, sendo esta a filosofia de base e que não abdicam da mesma.

Seguidamente esclareceu que não se deve confundir de maneira nenhuma o Projeto Educativo Municipal com o Projeto Educativo do Agrupamento, como já foi esclarecido por diversas vezes. Disse que este Relatório Final está validado cientificamente e foi elaborado pelo Observatório, que reflete toda a realidade, por se assim não for, não é possível avançar em termos de qualidade.

Este Observatório não é constituído por elementos da autarquia, tem simplesmente uma pessoa que coordena os trabalhos, mas sim, por pessoas indicadas pela direção do agrupamento.

Quanto à questão dos transportes escolares e da fixação das zonas rurais dos jovens, explicou que a auscultação é feita aos parceiros através de inquéritos, focos de grupos, de entrevistas e como é natural, as respostas baseiam-se nas percepções das pessoas que são diferentes de pessoas para pessoas e o trabalho científico faz a análise com base nas mesmas. Por essa razão, não consegue responder porque razão as pessoas dizem coisas diferentes umas das outras.

Essas opiniões são para serem debatidas em fórum próprio.

Quanto à questão da carta educativa, respondeu que a mesma ainda está para aprovação, não houve qualquer condicionamento neste processo se desenvolver, tendo em conta que a que está em vigor é a anterior carta educativa e que a mesma está na DGEST, conhecendo-se já o departamento governamental que a vai avaliar. Já existe um manual para a elaboração das próximas cartas educativas e como é que estas vão ser avaliadas

A opinião do Partido Socialista neste momento é não parar, fazer a revisão e continuar a desenvolver o seu trabalho sempre em articulação com os agentes educativos e com os autores locais e do território, porque conforme o próprio nome indica, este é um projeto educativo municipal.



6. Divisão do Desenvolvimento Social

DDS - Nº 01 – Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão, no seguimento de uma informação da Divisão de Desenvolvimento Social, datada de 26 de maio de 2021, remete para aprovação, a Estratégia Local de Habitação do Concelho de Abrantes. – PG 504712

O Vereador Armindo Silveira apresentou as seguintes questões:

"Não concordamos que os incentivos fiscais incidem apenas sobre privados que detenham imóveis habitacionais nas três zonas delimitadas pelas ARU's existentes (CH de Abrantes, Alferrarede e Rossio ao Sul do Tejo) pois, entendemos que é incompreensível e profundamente discriminatório que as penalizações sejam extensíveis a todo o Concelho de Abrantes quando os incentivos não o são. Incentivos e penalizações fiscais devem abranger todo o território do Concelho de Abrantes."

- Medidas de Política - Aquisição e Reabilitação de Fogos para Habitação Municipal com Renda Apoiada (2.317.440)

Onde se situam os imóveis privados que irão ser adquiridos para este fim?

- Construção de Fogos para Habitação Municipal com Renda Apoiada. Onde irão ser construídos estes fogos?"

O Presidente da Câmara explicou que relativamente a esta Estratégia, vão ter de adquirir alguns edifícios em diversos pontos do concelho, sobretudo aqueles que carecem de reabilitação, porque supostamente serão mais competitivos do ponto de vista financeiro, em função das necessidades de realojamento.

Neste momento, a autarquia não tem casas para o efeito, mas dentro em breve já terá esses imóveis identificados para reabilitação, de acordo com a referida Estratégia.

Relativamente à dúvida colocada sobre as ARU's, disse não conseguir compreender a relação que o Vereador Armindo Silveira está a estabelecer entre a ARU e a ELH, pelo que passou a palavra ao Vereador João Gomes para que prestasse algumas explicações a este propósito.

O Vereador João Gomes prestou alguns esclarecimentos acerca do assunto, designadamente, que o que está previsto nas áreas de regeneração urbana, quando tem de ser publicadas e isso já foi definido e partilhado, é que na devida altura, toda essa informação terá de ser decorrente da lei e da aplicação das áreas de regeneração urbana, automaticamente tem os benefícios fiscais que são devidamente implementados e publicados logo que é lançada as áreas de regeneração urbana. A questão das penalizações em relação aos prédios devolutos e aos prédios em ruína, é uma questão generalizada e que tem a ver com todo o território.

Uma prende-se com a área da regeneração urbana que a lei exige e que tem de ser lançada quando são publicadas as mesmas e a outra, têm a ver com as questões de benefício fiscal que é a nível municipal e que tem uma abrangência mais alargada.

Perante o exposto, o Presidente da Câmara continuou a dizer que não entende o que é que esta questão tem a ver com a Estratégia Local de Habitação e passou a palavra à Vereadora Celeste Simão.

A Vereadora Celeste Simão dirigiu-se ao Vereador Armindo Silveira, para dizer como o mesmo deve ter constatado que em todo o documento, existem várias medidas e acredita que as tenha estudado.

Explicou que a renda apoiada é aquela a que chamam arrendamento social, que são casas do Município e que se trata de uma pequena parcela desta Estratégia. Depois vão aparecer situações privadas, que mesmo sendo privadas, nunca se descarta a possibilidade se for fora destas ARU's, mas numa situação concreta, na medida de política municipal de 02, mas depois existe um grande leque de oferta, para depois também na candidatura poderem desencadear outras possibilidades, porque a questão dos privados mesmo através dos estratos sociais desfavorecidos a estratégia também o menciona.

Disse que em diversas partes da Estratégia Local de Habitação, os privados são falados em várias situações.

Deliberação: Por maioria, com a abstenção do Vereador Armindo Silveira, aprovar a Estratégia Local de Habitação do Concelho de Abrantes e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugado com a alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Vereador Armindo Silveira apresentou a seguinte declaração de voto:

"Embora executivo tenha prestado informação porque é que os incentivos fiscais incidem apenas sobre privados que detenham imóveis habitacionais nas três zonas delimitadas pelas ARU's existentes (CH de Abrantes, Alferrarede e Rossio ao Sul do Tejo) e as penalizações sejam extensíveis a todo o Concelho de Abrantes, não foram suficientes para esclarecer as dúvidas.

O BE não aceita esta discriminação, mas tendo em conta que este documento é uma versão preliminar que ainda fará um caminho até ser presente à Assembleia Municipal para votação final, o sentido de voto é a abstenção."



DDS - Nº 02 – Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão, referente a uma informação da Divisão de Desenvolvimento Social, datada de 26 de maio de 2021, dando conta que, tendo-se verificado alteração nos rendimentos do agregado familiar da arrendatária Sandra Maria de Matos Rodrigues da Cunha, foi feita a revisão da renda, nos termos do artigo 23.º da Lei nº 81/2014, de 19 de dezembro, na sua atual redação, assim como do artigo 31.º do Regulamento de Atribuição e Gestão de Habitações em Regime de Arrendamento Apoiado Propriedade do Município de Abrantes.

Assim sendo, remete para aprovação, a revisão da renda mensal devida pela arrendatária relativa à ocupação do fogo sito na Rua Cidade de Parthenay, Bloco D, 3º B, Encosta da Barata, em Abrantes, para o montante de 22,77€, com efeitos a partir de junho/2021. – PG 756745

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a revisão da renda mensal devida pela referida arrendatária relativa à ocupação do fogo sito na Rua Cidade de Parthenay, Bloco D, 3º B, Encosta da Barata, em Abrantes, para o montante de 22,77€, com efeitos a partir de junho/2021, nos termos da referida informação da Divisão de Desenvolvimento Social, datada de 26 de maio de 2021.



7. Divisão do Desporto, da Juventude e do Associativismo

DDJA - Nº 01 – Para conhecimento, o Vereador Luís Dias, remete o resumo quinzenal dos diversos eventos, a levar a efeito no período de 1 a 14 de junho de 2021, no âmbito do plano de atividades para 2021, para as áreas do Desporto, Juventude e Associativismo, conforme calendário anexo à presente ata. – PG 760257

Tomado conhecimento.

O Vereador Luís Dias destacou os seguintes eventos:

- Campeonato Nacional de Águas Abertas
- Treino Competitivo de Avaliação - Natação Artística.

■■

DDJA - Nº 02 – Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias, remetendo para aprovação, a versão final do regulamento do FINABRANTES - Programa de Apoio às Coletividades do Concelho de Abrantes. – PG 550962

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a versão final do regulamento do FINABRANTES - Programa de Apoio às Coletividades do Concelho de Abrantes e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

■■■

8. Divisão de Obras Públicas

DOP - Nº 01 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 52 da Divisão de Obras Públicas, datada de 23 de março de 2021, acerca da vistoria efetuada à empreitada de “Repavimentação e Sinalização Horizontal da Av. D. João I. – Abrantes”, adjudicada à sociedade Contec - Construção e Engenharia, S.A., para efeitos de receção provisória. – PG 683095

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção provisória da empreitada de “Repavimentação e Sinalização Horizontal da Av. D. João I. – Abrantes”, devendo proceder-se à elaboração da conta da empreitada, nos termos do disposto nos artigos 399º e seguintes Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro.

À Divisão de Obras Públicas para proceder em conformidade.

■■■

9. Divisão do Urbanismo

DU – Nº 01 - Em anexo, relação de processos da Divisão do Urbanismo, despachados pelo vereador João Gomes, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pelo Presidente da Câmara.

Tomado conhecimento.

Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Câmara declarou a reunião encerrada pelas onze horas e cinquenta e dois minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Assistente Técnica a redigiu e também a assina.

O PRESIDENTE DA CÂMARA



A ASSISTENTE TÉCNICA





ADM
e

Câmara Municipal de Abrantes

Reunião ordinária pública de 01 de junho de 2021

Divulgação da ordem do dia

Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos Reis, Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, torna público que, nos termos da alínea o) do nº 1 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, estabeleceu a seguinte ordem do dia para a reunião ordinária da Câmara Municipal de Abrantes, que se realizará no dia 01 de junho de 2021, com início às 09:30 horas, em formato online.

- I. Período de intervenção aberto ao público
- II. Intervenções dos membros do executivo antes da ordem do dia
- III. Aprovação da ata da reunião anterior
- IV. **Ordem do dia**
 - Correspondência do Ministério da Defesa Nacional – Brigada de Reação Rápida - Regimento de Comandos, dando conta da realização exercícios de fogos reais de armas ligeiras, médias e pesadas e sessões de rebentamentos de explosivos, no polígono de tiro do Campo Militar de Santa Margarida, no dia 28 de maio de 2021 – para conhecimento.
 - Correspondência do Ministério da Defesa Nacional – Regimento de Comandos, dando conta da realização exercícios de fogos reais, no polígono de tiro do Campo Militar de Santa Margarida, no dia 30 de maio de 2021 – para conhecimento.
 - Proposta para atribuição de Medalha de Mérito Municipal às Escolas do Concelho de Abrantes, que ocorrerá nas cerimónias oficiais do Dia da Cidade, a 14 de junho de 2021 – para aprovação.
 - Despachos do Presidente da Câmara, que aprovaram a emissão de parecer favorável relativo aos pedidos de autorização prévia para a ação de rearborização apresentados no ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. 3 processos – para ratificação.



ADY
se

- Plano de Trabalhos com Riscos Especiais referente aos Trabalhos em Altura da empreitada do "Centro Escolar de Abrantes" – para aprovação.
- Listagem dos procedimentos iniciados entre abril e maio do corrente ano, cuja assunção de compromisso plurianual foi autorizada pelo Presidente da Câmara ao abrigo da autorização prévia dada pela Assembleia Municipal para 2021 – para conhecimento e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.
- Assunção de compromisso plurianual da despesa a realizar com o contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual para "Aquisição de energia elétrica para diversas instalações municipais, em Baixa Tensão Especial e Média Tensão, ao abrigo do Acordo Quadro da CIMT-CPCC/05/2020" – para autorização da Assembleia Municipal.
- Retificação da deliberação nº 5 da reunião de 20 de abril de 2021, no âmbito da autorização da assunção de compromissos plurianuais para "Fornecimento de refeições confeccionadas em refeitórios escolares dos estabelecimentos do pré-escolar, ensino básico e secundário do concelho de Abrantes, ao abrigo do Acordo Quadro de Refeições Escolares, celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CPCC/07/2019), lote 4" – para retificação.
- Abertura de procedimento e autorização da despesa para "Fornecimento de refeições confeccionadas em refeitórios escolares dos estabelecimentos do pré-escolar, ensino básico e secundário do concelho de Abrantes, ao abrigo do Acordo Quadro de Refeições Escolares, celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CPCC/07/2019), lote 4" – para aprovação.
- Abertura de procedimento pré-contratual para "Prestação de Serviços na Área de Seguros" – para aprovação.
- Documentos de Consolidação de Contas do Exercício 2020 – para aprovação e submeter à apreciação da Assembleia Municipal.
- Atribuição de apoio ao Centro Equestre Vale Ferreiros, em Pego, para fazer face às despesas com a realização do Concurso Internacional de Dressage de Abrantes – para aprovação.
- Aquisição de 1.000 exemplares do livro Infantil "Lenda de Abrantes" - para aprovação.
- Alteração do Regulamento Interno dos Fundos Fixos de Caixa para 2021, para atribuição de fundo fixo de caixa a afetar ao CRO - Centro de Recolha Oficial – para aprovação.



AM

- Relatório Final de Avaliação do PEM – Projeto Educativo Municipal de Abrantes – para aprovação e submeter à Assembleia Municipal para aprovação.
- Estratégia Local de Habitação do Concelho de Abrantes - para aprovação e submeter à Assembleia Municipal para aprovação.
- Revisão da renda mensal relativa à ocupação do fogo sito na Rua Cidade de Parthenay, Bloco D, 3º B, Encosta da Barata, em Abrantes – para aprovação.
- Resumo quinzenal dos diversos eventos, a levar a efeito no período de 1 a 14 de junho de 2021, no âmbito do plano de atividades para 2021, para as áreas do Desporto, Juventude e Associativismo – para conhecimento.
- Versão final do regulamento do FINABRANTES - Programa de Apoio às Coletividades do Concelho de Abrantes - para aprovação e submeter à Assembleia Municipal para aprovação.
- Vistoria efetuada à empreitada de “Repavimentação e Sinalização Horizontal da Av. D. João I. – Abrantes”, adjudicada à sociedade Contec - Construção e Engenharia, S.A., para efeitos de receção provisória – para aprovação.
- Relação de processos da Divisão do Urbanismo, despachados pelo vereador João Gomes, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pelo Presidente da Câmara – para conhecimento.

Abrantes, 28 de maio de 2021

Manuel Jorge Valamatos
Presidente da Câmara

AA



SERVIÇOS MUNICIPAIS
PLANO DE ATIVIDADES 2021

RESUMO QUINZENAL DE 01. JUNHO A 14. JUNHO

ATIVIDADE/EVENTO	SERVIÇO	LOCAL	DIA	HORA
CAMPEONATO NACIONAL DE ÁGUAS ABERTAS - 7,5KM, 5KM, 3 KM, 1,5KM E MASTER ORGANIZAÇÃO: FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE NATAÇÃO // ASSOCIAÇÃO DE NATAÇÃO DO DISTRITO DE SANTARÉM	DESPORTO	PRAIA FLUVIAL DE ALDEIA DO MATO	5 E 6.JUNHO	1ª SESSÃO - 11H00 2ª SESSÃO - 15H00
CAMPEONATO REGIONAL SUB 18 – ATLETISMO ORGANIZAÇÃO: ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DE SANTARÉM	DESPORTO	PISTA DE ATLÉTISMO DA CIDADE DESPORTIVA	5.JUNHO 6.JUNHO	15H00 09H00
TREINO COMPETITIVO DE AVALIAÇÃO - NATAÇÃO ARTÍSTICA ORGANIZAÇÃO: FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE NATAÇÃO // ASSOCIAÇÃO DE NATAÇÃO DO DISTRITO DE SANTARÉM	DESPORTO	PISCINA COBERTA DO COMPLEXO MUNICIPAL DE PISCINAS DE ABRANTES	6.JUNHO	1ª SESSÃO - 09H00 2ª SESSÃO - 16H00
4º ORI-TRAIL ROGAINE DO MÉDIO TEJO – ORIENTAÇÃO ORGANIZAÇÃO: FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ORIENTAÇÃO // CLUBE DE ORIENTAÇÃO E AVENTURA	DESPORTO	ROSSIO AO SUL DO TEJO	12. JUNHO	11h00
CAMPEONATO REGIONAL ABSOLUTO – ATLETISMO ORGANIZAÇÃO: ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DE SANTARÉM	DESPORTO	PISTA DE ATLÉTISMO DA CIDADE DESPORTIVA	12.JUNHO 13.JUNHO	15H00 09H00
CAMPEONATO NACIONAL DE CARRINHOS DE ROLAMENTOS	DESPORTO	DESCIDA DO AÇUDE	13. JUNHO	14h00

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 01.06.2021

Processo		Requerente		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF	Nome		Tipo	Data	Teor
PGA 631039	08-10-2020	514562684	Change in Motion Lda	Legalização de alteração de habitação unifamiliar e muro de vedação / Estrada dos Bairros - Aldeia do Mato - União das freguesias de Aldeia do Mato e Souto	Despacho	12-05-2021	Indeferido pedido de legalização urbanística, com base na alínea c) do nº 6 do Artigo 28º do Regulamento da Urbanização e da Edificação.
PGA 662725	16-12-2020	510573550	X Tejo-Comércio Automóveis, Unipessoal, Lda	Alteração e ampliação de pavilhão / Via Industrial 1, n.º 164 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	12-05-2021	Aprovado projeto de arquitetura
PGA 725281	26-03-2021	221731130	Ricardo Manuel Caseiro Baleizão	Construção de moradia unifamiliar e muro vedação / Rua do Barrinho, Bairros, União das freguesias de Aldeia do Mato e Souto	Despacho	14-05-2021	Aprovado projeto de arquitetura. Deverão ser juntos os projetos complementares de especialidades indicados na informação técnica, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito
PGA 705123	01-03-2021	513472487	Laetitia Fernandes Unipessoal Lda	Alterações de um edifício de habitação e comércio / Rua Capitão Correia de Lacerda, n.º 23 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	14-05-2021	Aprovado projeto de arquitetura. Deverão ser juntos os projetos complementares de especialidades indicados na informação técnica, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito



Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 01.06.2021

Processo		Requerente		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF	Nome		Tipo	Data	Teor
PGA 663607	17-12-2020	203444132	Carla Maria Rosa Pereira Moedas	Reconstrução de uma habitação sem preservação das fachadas / Rua do Casal - Pego	Despacho	18-05-2021	Indeferido pedido, nos termos da alínea a) do nº 1 do Artigo 24º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, promovendo-se audiência escrita da interessada, pelo prazo máximo de 10 (dez) dias, nos termos dos Artigos 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo, devendo a mesma ser alertada que essa decisão converter-se-á como definitiva, após o decurso do prazo dessa audiência, nada sendo dito ou não contribuindo eventual pronúncia para reverter esse sentido de decisão.
PGA 719572	19-03-2021	116771682	Pedro da Veiga Moura Josefa	Legalização e alteração de edifício agrícola com alteração ao uso e construção de muro de vedação / Rua das Águas Belas - União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	Despacho	18-05-2021	Aprovado projeto de arquitetura. Deverão ser juntos os projetos complementares de especialidades indicados na informação técnica, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.
PGA 517184	19-12-2019	102868867	António Manuel Zulmíro	Legalização e alterações em moradia unifamiliar e legalização de muros	Despacho	18-05-2021	Deferida licença
PGA 635128	16-10-2020	106146297	Júlio Manuel Nunes Veloso	Ampliação e alterações em moradia unifamiliar e construção de muros - Rua do Lagar - Cabeça Gorda - União das freguesias de Aldeia do Mato e Souto	Despacho	20-05-2021	Aprovado projeto de arquitetura. Deverão ser juntos os projetos complementares de especialidades indicados na informação técnica, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.